PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

OLÍVIA CRISTINA PEREZ

O trabalho da Professora Lindijane Almeida no chamado “Campo de Públicas” me impressionou desde que a vi explicando sobre a área. O “Campo de Públicas” articula conhecimentos diversos na área da administração pública, como a discussão sobre a participação social, um dos seus temas de pesquisa. Lindijane é uma das responsáveis pelo desenvolvimento desse campo multidisciplinar.

A sua importância na área é ainda mais interessante, para mim, por outros dois motivos: ela é mulher e nordestina. A ciência é um campo masculino. Embora as mulheres sejam maioria entre as estudantes, elas não conseguem ocupar os cargos mais altos da carreira científica. Lindijane venceu muitos obstáculos que se impõem às mulheres: ela é presidenta da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP).

Nos espaços mais importantes de encontro da Ciência Política, os nordestinos estão em menor número. Mais uma vez, Lindijane se destaca. Seu sotaque potiguar atesta a importância da ciência feita naquela que é conhecida como área periférica do país. O conhecimento pulsa no Nordeste, ou melhor, nos Nordestes, já que há enormes diferenças entre os estados e mesmo dentro deles.

A entrevista que fiz com ela foi uma experiência de muito aprendizado. Lindijane estudou a trajetória de outras mulheres nordestinas, foi orientada por uma e teve sua carreira desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN). Espero que, assim como a coragem e profissionalismo de Lindijane me inspiraram, sua entrevista inspire outras cientistas.

Auto-apresentação

LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

A minha trajetória de pesquisa teve início em 1996, com a obtenção de uma bolsa de Iniciação Científica, que foi de fundamental importância para o meu encontro com a pesquisa. Mesmo tendo feito dois bacharelados (Sociologia e Ciência Política), vale ressaltar que, desde a elaboração da monografia, a Ciência Política vem sendo prioridade na minha formação.

O primeiro grupo de pesquisa em que me inseri foi o de Estudos da Democracia, quando iniciei um estudo sobre a democracia brasileira a partir da realização da pesquisa sobre o Partido Comunista no Brasil (PCB). Após um ano – e concluída aquela pesquisa –, passei a participar do Grupo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas, que era coordenado, na época, pela minha orientadora e hoje está sob minha coordenação. Convém esclarecer que optei por trabalhar na monografia de graduação o tema que me chamou a atenção a partir das minhas leituras sobre a Democracia e o Estado no Brasil, qual seja: a participação das mulheres na política brasileira. Defendido em 1998, o referido trabalho – que recebeu o título*: A participação de uma mulher na política do município de Macaíba: a trajetória política de Odiléia* **–** foi a primeira pesquisa que realizei e que me fez continuar na Universidade. Nela, analisava a participação das mulheres na política, uma vez que, nos últimos anos, essa conquista cada vez mais crescente era explicada de diferentes formas e aparecia sempre como resultado de uma história de lutas e conquistas das mulheres por mais participação.

Concluí o curso em 1998 com a certeza de que a atividade profissional do cientista social não seria fácil, na medida em que era grande a dificuldade de encontrar um emprego na minha cidade (Natal-RN), mesmo tendo sido aluna laureada. No mesmo ano da minha colação de grau, fiz a seleção para entrar no mestrado em Ciências Sociais da UFRN e ingressei em 1999. A minha dissertação de mestrado, defendida em 2001, com o título: *Política e governo: a trajetória de Vilma de Faria na prefeitura de Natal* obteve o conceito A com Louvor e me fez seguir na academia.

O doutorado em Ciências Sociais (2002-2006) foi uma escolha certa para os meus propósitos. Mesmo tendo sido mãe há menos de um mês (com apenas 22 dias de submetida a uma cesariana, para ser mais exata), fiz a seleção para o doutorado. A sensação que tenho hoje é que estava no lugar certo e na hora certa. Isso porque, além de ficar em primeiro lugar na seleção e ter obtido uma bolsa da Capes, concluí a tese intitulada *A gestão participativa em administrações municipais: as experiências de Natal e Maceió*, obtendo conceito A.

Em 2007, preparei o meu primeiro grande Projeto de Pesquisa na área de Desenvolvimento Regional, depois do doutorado, intitulado *Avanços e/ou Continuidades nas Gestões Rosalba Ciarlini e Fátima Rosado em Mossoró: exemplos de gestão participativa?* Nesse ano, tive a oportunidade de participar de uma seleção para uma bolsa de recém-doutor, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, em parceria com a Fundação de Apoio a Pesquisa do Rio Grande do Norte – FAPERN e, dada a importância do projeto de pesquisa que eu enviei para submeter-se à análise, fui contemplada com uma bolsa de Desenvolvimento Científico Regional do CNPq – Nível C.

O referido projeto foi fruto da preocupação por dar continuidade aos meus estudos sobre gestão pública e às análises sobre a participação política das mulheres em administrações municipais. Como chama a atenção em meu currículo, esses temas estão presentes em todas as fases da minha formação acadêmica. A discussão sobre gênero, logo no início da graduação, não me levou a mudar o meu interesse pela política, pelo contrário, tentei, ao longo da minha trajetória de pesquisa, sempre compreender a participação das mulheres na política e a partir de uma análise de mulheres que se destacam na política brasileira como governantes que, frente à sua atuação política, conquistaram o seu espaço.

A partir de janeiro de 2009, iniciei minha carreira profissional no Departamento de Políticas Públicas (DPP) da UFRN, atuando no curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas (GPP) e no programa de pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR), o que me deu a oportunidade de atuar, principalmente, nos seguintes temas: Estado, políticas públicas, democracia, participação social, gestão pública e cidadania. Ao longo dos últimos dez anos, fui pesquisadora do INCT – Observatório das Metrópoles Núcleo Natal, líder do Grupo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas, vice-coordenadora do GPP (2009 a 2011), chefe do DPP (2013-2015) e vice-chefe (2011-2013), diretora de ensino da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas – ANEPCP (2015-2017) e hoje presidenta desta Associação (2017-2019), o que me proporcionou um grande desafio no cenário atual, ou seja, organizar um dos principais eventos do Campo de Públicas no Brasil (III Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas– III ENEPCP na UFRN, com o tema da Democracia no Século XXI e os desafios para a Gestão Pública). Gostaria de ressaltar que, desde a minha primeira participação no IX Fórum de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas (realizado em Brasília em abril de 2013), a minha trajetória acadêmica tem si dado a partir da minha luta pela consolidação dos cursos do Campo de Públicas por meio do reconhecimento do ensino, da divulgação das pesquisas, das experiências de extensão e da profissão neste campo no Brasil.

Por fim, como demonstram minhas últimas publicações, as políticas públicas e a participação social são meus principais temas de pesquisa e muito me preocupam os retrocessos do Brasil no que tange a uma gestão democrática, porque não há democracia sem participação social.

Entrevista

Olívia Cristina Perez: *Entrevista realizada com a professora Lindijane de Souza Bento Almeida, da UFRN [Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. O primeiro bloco de questões é sobre a trajetória da Ciência Política. Primeiro, gostaria que você se apresentasse e falasse um pouco da sua trajetória profissional, qual foi a sua formação e em quais instituições?*

Lindijane de Souza Bento Almeida: Minha formação foi toda na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lá fiz graduação, mestrado e doutorado em Ciências Sociais. Desde o meu TCC [Trabalho de Conclusão de Curso], que foi sobre as mulheres na política estudando a trajetória de uma prefeita de um município da Grande Natal, me decidi por Ciência Política. Em minha dissertação, sempre quis estudar a questão da mulher, mas sem ser em uma pegada de gênero, algo mais relacionado às políticas públicas para saber quais as diferenças de uma mulher atuando na gestão pública. Meu interesse sempre foi uma análise em que pudesse identificar se havia diferenças, se existiam algumas prioridades, algumas ações que no governo de um homem não existisse – algumas sensibilidades que a mulher tem e que poderiam influenciar algumas políticas públicas. No mestrado, estudei a liderança política de Wilma de Faria, em Natal. Ela conseguiu ser prefeita três vezes e governadora do Estado, era uma liderança política. Entrou na vida pública como primeira-dama, mas se separou do então marido, o Lavoisier Maia, e criou independência política no estado se apresentando como Wilma de Faria, ou seja, abdicando do sobrenome do ex-marido. Wilma conseguiu conquistar um protagonismo e sempre ocorreu uma disputa na cidade de Natal entre ela e a atual governadora, Fátima Bezerra – as duas eram protagonistas na luta pela prefeitura, vamos dizer assim, nas eleições municipais da capital –, sendo que Wilma sempre conseguia a vitória e, à época, fui entender essa liderança dela em Natal. Na tese do doutorado, continuei estudando a questão das mulheres na política, mas, dessa vez, a partir de uma análise comparativa entre as gestões municipais de Natal e Maceió, cidades governadas por duas mulheres e do mesmo partido político, o Partido Socialista Brasileiro, PSB. Queria fazer uma análise comparativa por apresentar semelhança em algumas características: são capitais do Nordeste lideradas por mulheres por mais de uma gestão. A minha trajetória foi sempre nessa busca de compreender as ações, as políticas públicas. No programa de Ciências Sociais da UFRN, havia uma linha de pesquisa chamada Estado e Desenvolvimento Regional, linha na qual sempre atuei e fui orientada pela professora Ilza Andrade, que estudava as políticas públicas. Ela tinha uma base de pesquisa – chamávamos de base antes – denominada Estado e Políticas Públicas, que é o grupo de pesquisa que hoje estou liderando no Departamento de Políticas Públicas. Essa base de pesquisa veio das Ciências Sociais. Com a política do Reuni [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais] no governo Lula, a professora Ilza, junto com a professora Maria do Livramento – que é a nossa titular no departamento –, o professor Alan Lacerda – também do nosso departamento –, o professor Márcio Valença, e o professor Fernando Bastos fizeram uma proposta de graduação em gestão de políticas públicas e, a partir do Reuni, criaram um departamento de políticas públicas na UFRN em 2009, ano em que tomei posse (27 de janeiro de 2009). A minha trajetória sempre foi com a professora Ilza, porque ela tinha a base de Estado e Políticas Públicas em que realizei meu estudo de Iniciação Científica e, como não era um curso de Ciência Política, mas de Ciências Sociais, ela era a cientista política que estudava políticas públicas no meu curso. Saí do meu mestrado com sete meses de gestação e fui a primeira aluna a defender com um ano e nove meses de mestrado, e grávida de sete meses – isso em 2001, meu filho nasceu em dezembro. Ingressei em primeiro lugar

na turma de seleção do doutorado em janeiro de 2002, meu filho não tinha nem um mês ainda. Fiz um apelo a Ilza para me orientar, pois ela não queria por já ter me orientado! Só que eu queria políticas públicas e ela era a pessoa que trabalhava com políticas públicas e tinha pesquisa, inclusive quando a Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] completou, se não me engano, 25 anos, foi ela quem escreveu o capítulo da Ciência Política a convite do Renato [Lessa]. A professora Maria do Livramento, que hoje é minha colega de departamento, era do planejamento urbano e regional – ela é economista e socióloga – e tinha muita preocupação com o urbano, com a questão da região metropolitana, mas não era a minha questão. Meu interesse era entender as políticas públicas, seus ciclos e discussões que a professora Ilza Andrade fazia, principalmente, com a temática da gestão participativa– que eram os pontos que me identificava mais –, em tentar entender a atuação dos conselhos gestores de políticas públicas, o que era um orçamento participativo. Comecei a estudar a questão da participação social e ela era a pessoa que realmente tinha essa *expertise*. E minha trajetória na UFRN não fica muito diferente quando fiz o meu primeiro concurso e passei. Concorri com pessoas muito qualificadas e consegui ser aprovada no meu primeiro concurso. Não tenho o menor problema em dizer que vim da UFRN!

OCP: *Você desbravou ao tentar estudar gênero em uma época em que não se estudava gênero na Ciência Política, é uma discussão mais recente.*

LSBA: Exatamente. Inclusive havia esse preconceito de alguns pesquisadores da Ciência Política que diziam que essa questão era da Antropologia ou da Sociologia. Mas a minha situação de não entrar muito na questão de gênero foi por ter participado de um grupo de pesquisa na época que se chamava Nepam – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher. Acho que hoje esse grupo não existe mais. Fiz algumas participações nele, cheguei a apresentar trabalhos sobre as *performances* das mulheres na política do Rio Grande do Norte, chamando a atenção para esse protagonismo que o estado tem nesse assunto, e que recentemente destacou-se mais uma vez, não só pela primeira mulher que votou no Rio Grande do Norte, mas por ter a única governadora que se elege no Brasil. Essa é a preocupação de trabalhar com os temas da democracia, da cultura política, dada a nossa participação nesse grupo de pesquisa que hoje coordeno junto com os professores do departamento de políticas públicas.

OCP: *Outra diferença que vejo no Nordeste é a questão de que muitas pessoas que estão aqui pesquisam pouco as especificidades e a participação das políticas públicas locais, preferem focar no caso nacional, porque tem certa ideia de que publicar estudos que versem sobre o Piauí ou regiões nordestinas vão ter mais chances de serem rejeitados. Você estuda o tema da sua região no Rio Grande do Norte. É, de fato, mais difícil estudar temas regionais?*

LSBA: Quando entrei na universidade, em 2009, a Fapern [Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte] ainda lançava alguns editais de fomento à pesquisa para novos pesquisadores, para as universidades, sendo que, nos últimos anos, a fundação não tem dado nenhum estímulo na questão de recursos, porque, realmente, está sem meios para tal. Mas obtive apoio logo que ingressei quando participei do primeiro edital e fui contemplada com o apoio para estudar o capital social e o associativismo em Natal. No edital das Ciências Humanas do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]fui contemplada e logo em seguida passei a estudar os conselhos gestores de saúde da região metropolitana de Natal e, depois, com o Edital Universal de 2013 a 2015, também consegui trabalhar com a ideia de pactos socioterritoriais com uma discussão sobre projetos grandes e pequenos projetos locais, enfim a ideia da governança em um contexto metropolitano. Tenho tido algumas sortes, mas agora não sabemos como ficará o cenário de apoio à pesquisa no atual momento do Brasil. Quando finalizei meu doutorado, passei um ano e três meses

com uma bolsa de Desenvolvimento Científico Regional na Ufersa, Universidade Federal do Semiárido, que fica em Mossoró. Consegui, passei um ano e três meses estudando, a partir do projeto intitulado "Avanços e/ou Continuidades nas Gestões Rosalba Ciarlini e Fátima Rosado em Mossoró: exemplos de gestão participativa?". Rosalba Ciarlini tinha sido prefeita da cidade de Mossoró e havia também a Fafá Rosado, que era outra liderança que estava na prefeitura. Fiz uma análise do Orçamento Cidadão em Mossoró – na época, gerido pela gestão do DEM [Democratas] – e tive muitas oportunidades, não tive muitas dificuldades em relação a isso. Uma questão importante que devo mencionar é do Observatório das Metrópoles, que também tive inserção desde a sua fundação na UFRN. Ele completou vinte anos em 2018, sua diretoria nacional fica no Rio de Janeiro e o professor Luís Cesar Ribeiro é o coordenador geral. O Observatório tem vários núcleos e o de Natal vai fazer quinze anos agora em agosto. Quando ele chegou aqui, eu fazia parte do grupo de pesquisa Estado e Políticas Públicas, sob a coordenação da professora Maria do Livramento. Comecei a participar do Observatório e tive muitas oportunidades no sentido de participar de pesquisas nacionais olhando para a Região Metropolitana de Natal. A dificuldade, para mim, não existia nesse sentido, pois aproveitei as oportunidades. Antes aluna de mestrado e de doutorado, agora sou professora e pesquisadora do Observatório. Nós publicamos capítulos de livros sobre a questão da cultura política e governança na região metropolitana de Natal. Regionalmente, não chega a ser uma análise de Nordeste, trabalho com a questão metropolitana.

OCP: *Você já falou, mas para resumir, quais são as suas principais áreas de interesse de pesquisa?*

LSBA: Atualmente, venho trabalhando com a discussão da participação social na gestão pública, porque atuo no curso de gestão de políticas públicas. Estou na presidência da Associação Nacional de [Ensino e] Pesquisa do Campo de Públicas no Brasil [ANEPCP]. Esse Campo de Públicas surge de um movimento nacional intitulado Fórum dos Professores e Pesquisadores do Campo de Públicas que, no Brasil, buscou a separação da administração pública da administração de empresas. A administração pública é um campo específico e separado da administração de empresas. Diante da oportunidade do Reuni, os profissionais da administração pública, que eram dos cursos de Administração, se uniram com os próprios alunos e criaram um movimento que se chama Campo de Públicas. Esse movimento ganhou o reconhecimento pelo MEC [Ministério da Educação] a partir do Conselho Nacional de Educação [CNE], quando se homologou as Diretrizes Curriculares Nacionais [DCN] de Administração Pública em 2014. Essas DCNs são um marco em termos de administração pública no Brasil. Os cursos de Administração que têm seu projeto pedagógico muito mais focado na administração de empresas estão respaldados nas diretrizes de 2005. Os cursos mais recentes de administração pública, baseados na DCNS, são marcados por uma abordagem mais multidisciplinar, mais afinados e atuantes nas investigações sobre estado, governo e políticas públicas. Nosso curso se identificou muito com algumas especificidades nessa área como, por exemplo, o planejamento governamental dentro dessa abordagem curricular recente, um planejamento que deve ser técnico e político, não só técnico; mas como a ideia de planejamento estratégico de Carlos Matus, em que a política é considerada no processo de planejamento. Diante da minha inclusão no curso de Gestão de Políticas Públicas, tomei conhecimento desse movimento do Campo de Públicas no Brasil – eu era vice-coordenadora na época, mas passei mais de quatro anos como chefe do departamento. No momento da minha chefia, conseguimos filiara UFRN à Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, fundada no XV Fórum de Coordenadores e Professores realizado na UFRN em março de 2015, uma vez que o próprio Inep [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira] demandou do referido movimento a sua institucionalização. A professora Sandra Gomes era diretora de ensino no momento da fundação; passou dois anos no cargo, depois eu assumi, por dois anos, essa função de Diretora de Ensino e hoje cumpro o mandato de presidenta. Nós temos tido um avanço no tema de políticas públicas, principalmente na discussão do Campo de

Públicas no Brasil, tentando estudar, a partir de uma análise dos projetos político-pedagógicos, o que se ensina nesses cursos, uma vez que é um campo multidisciplinar. Por exemplo, percebemos que há uma diversidade de profissionais no corpo docente, não são um corpo docente disciplinar composto apenas de cientistas políticos, são corpos docentes de tipo misto. Há arquitetos, economistas, historiadores, cientistas políticos, sociólogos... Estou, por exemplo, na Ciência Política ensinando no planejamento urbano e regional, mas atuando na linha de pesquisa estado e políticas públicas. Nós temos tido um incentivo de tentar estudar esse campo novo no Brasil, investigando como se formam as pessoas que estudam e pesquisam nessa área. Mas não consigo deixar de estudar a questão da participação política. Faço uma análise muito mais focada na ideia de entender como se dá a representação da sociedade civil nos espaços institucionalizados de participação a partir da Constituição de 1988. Em suma, com relação as minhas temáticas, tenho uma preocupação com a questão da governança metropolitana, por estar inserida no Observatório; uma preocupação com o ativismo no Campo de Públicas, em tentar entender academicamente a identidade epistemológica desse campo de estudo; e também a discussão da participação política e participação social a partir da abertura do espaço público no Brasil, que esperamos que não se feche! Que se continue a pensar formas de melhorar a qualidade da participação de modo que ela possa acontecer de forma mais efetiva.

OCP: *Maravilha. E quais foram suas principais influências? Obras, autores e teorias no seu trabalho.*

LSBA: Os autores da democracia participativa e deliberativa, os atores que trabalham a questão da representação política. Gosto muito de trabalhar com a ideia de que participação é um processo de aprendizagem, por isso temos trabalhado com autores da teoria democrática como a própria Carole Pateman, a discussão da poliarquia do [Robert] Dahl. Como socióloga, não posso deixar de citar o próprio [Karl] Marx para pensar a saída da aparência para a essência e tentar entender as teorias do Estado. Na Ciência Política, me identifico muito com o Adam Przeworski quando trabalha com os três tipos de governo – do povo, do estado e do capital –, fazendo um balanço teórico. Não sou adepta exclusiva de uma corrente, não sou filiada a uma corrente teórica específica, sempre utilizo a teoria que em um dado momento vá me servir. Não tenho uma doutrina específica pela qual sempre me orientei. Eu posso usar desde os clássicos aos mais contemporâneos. Utilizo Weber para estudar burocracia e Marx para estudar a ideia do Estado como instrumento de classe. Para trabalhar planejamento, gosto de usar autores do planejamento, nunca tive uma preocupação deformar uma linha teórica específica, dependendo do que estou trabalhando uso um determinado autor. Lógico que não dá para trabalhar com gestão pública sem ter como referência os estudos de Weber. Buscamos aqueles autores da ação coletiva, da escolha racional e do neoinstitucionalismo também. Procuramos trabalhar com várias concepções de estado e políticas públicas. A partir do momento que tenho o desenho do que vou pesquisar, busco uma teoria mais específica. Li por muito tempo o [Robert] Putnam e depois fui para as críticas, mas ele é um autor-chave. Uso aquilo que a pesquisa pede. Não sei se te expliquei.

OCP: *Vou passar para um bloco de perguntas em relação à sua trajetória acadêmica e vida privada. Como a sua trajetória profissional foi afetada por sua vida privada e vice-versa? Ou seja, como uma dimensão afetou a outra?*

LSBA: Na verdade, tive muita sorte. Casei muito nova, em 1997, antes de terminar a graduação, e me formei em 1998. Sobre a questão familiar, tenho uma base muito forte. Tudo que fiz contei com o apoio da minha mãe, do meu pai e do meu marido. Nunca tive um problema que tenha me feito recusar um convite, ou ter perdido uma chance por falta de apoio familiar, pelo contrário. O meu marido sempre me incentivou, nunca criou algum tipo de situação, pude contar muito com ele.

Durante o doutorado, precisei fazer pesquisa em Maceió e ele me deu toda a sustentação no cuidado do nosso filho, que tinha dois anos à época. Ele abriu mão do seu lado particular de trabalho para me acompanhar. Meu marido me deu toda a base para que eu pudesse participar de tudo que quisesse. Ele apenas comenta, às vezes, que estou viajando muito, mas nunca chegou a criar alguma situação de conflito. Minha mãe me ajudou muito na fase inicial com meu filho. Tive muita sorte nesse sentido e se cheguei aonde cheguei em minha trajetória acadêmica consegui graças a minha estrutura familiar. Até em momentos que saí da academia para ser candidata a vereadora foi com o apoio deles. Nunca fiz nada com que não pudesse contar com eles. Não sei se ser filha ajuda, tenho apenas um irmão, mas sempre tive incentivo e apoio.

OCP: *É uma vida bastante atarefada, porque não temos hora para terminar os trabalhos. Você acha que o ritmo da academia atrapalha a vida privada?*

LSBA: Quando queremos estar na pós-graduação, por exemplo, acredito que é uma boa escolha. Não sou aquele tipo de profissional que está na pós-graduação criticando o produtivismo da Capes. Se estou na pós, se quero abrir mão de um feriado para escrever um artigo ou abrir mão de um casamento familiar para corrigir uma dissertação são escolhas. Agora mesmo estamos com o processo de finalização do prazo do Encontro Nacional da ANPUR [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional], que vai ser pela primeira vez em Natal, em maio de 2019. O prazo para mandar os trabalhos termina depois de amanhã e ontem passei meu domingo inteiro trabalhando no artigo, porque é o principal evento da minha área de pós-graduação e me dediquei a isso. Escutei meu marido falar: "Poxa, no domingo você está o dia inteiro trabalhando!", mas acho que todo professor escuta isso, porque, infelizmente, deixamos tudo para os últimos dias! E termina que ficamos muito próximos ao fim do prazo e, como a data final fica próxima de um feriado aqui em Natal, vou aproveitar esse curto período para terminar o meu artigo. É uma escolha. Se tivesse só na graduação hoje, não estaria com a agenda que tenho; mas se quero orientar mestrandos, doutorandos e assumir a presidência de associações, sei que vou ter mais trabalho e vou, certamente, diminuir o meu ritmo familiar. Porém, tenho colocado como uma regra minha não trabalhar final de semana. Normalmente, só faço isso em situações fora da rotina, como um evento ou algo do tipo, e digo para meus alunos que se querem defender, vão fazê-lo dentro do prazo. Dessa forma, tenho deixado as minhas férias realmente livres para a minha família, assim como a maioria dos meus finais de semana. Não sei se é por causa da idade, mas vamos cansando e precisamos tomar um fôlego no fim de semana. Nessa vida, temos que nos virar em três: em mãe, profissional e esposa. Mas dou conta!

OCP: *Mas você percebe que tem diferença nessa relação entre vida privada e carreira profissional entre nós, mulheres, e nossos colegas homens?*

LSBA: Claro que tem, com certeza! Percebo quando converso com os meus colegas. O filho sempre termina com a mãe, o pai pode até levar para o hospital, por exemplo, mas se tiver que ficar lá, é a mulher que fica, ele vai para a casa. A mãe acaba por assumir as funções domésticas. Particularmente, não gosto de cozinhar, mas meu marido me dá esse apoio, porque cozinho o básico. Na realidade, não são todas as mulheres que têm um marido que gosta de cozinhar e quando faz é maravilhoso! Às vezes, ele me ajuda muito com essa tarefa! Olhando para o Nordeste, para a sociedade em que vivemos, para a nossa herança, a maioria dos homens não gosta de cozinha. Tive sorte de meu marido gostar. Mas não é fácil e acabam surgindo algumas questões que nós, mulheres, temos que resolver. Por exemplo, ele gosta de cozinhar, mas não gosta de comprar roupa. Compro as roupas para ele e fazemos essa troca – adoro comprar roupas – para compensar.

OCP: *Como a maternidade ajudou ou atrapalhou nessa carreira acadêmica?*

LSBA: Como falei, não tive problema por causa da minha mãe, que me ajudou. Quando entrei no doutorado, meu filho tinha um mês. As aulas começaram e me dediquei exclusivamente, nos primeiros anos, ao doutorado e a ser mãe – e eu tinha só a bolsa de doutorado. Pelo menos, até os cinco anos, e até a defesa da tese, não tive problema com filho, porque me dividia entre a tese e meu filho; ou seja, ele teve uma mãe presente, já que eu tinha apenas meu compromisso de aluna de doutorado. Escrevi a tese ao lado dele; para fazer pesquisa, o levei comigo para Maceió. Claro que há alguns desgastes, às vezes, como cumprir o prazo do orientador, a criança não entende que você tem um prazo, portanto tinha que trabalhar na madrugada para compensar à tarde que passei brincando com meu filho, pois ele precisava da mãe. Sempre que era chamada pelas minhas ocupações profissionais eu ia, porém tinha que passar a noite trabalhando para dar conta das tarefas do curso de doutorado. Mas nada que um sorriso do filho não resolva! Quando você acorda no dia seguinte, cansada, e escuta o seu filho chamando "mamãe" você consegue ter a disposição renovada. Você sabe do que estou falando, porque tem uma filha em casa. O meu já vai fazer dezessete anos. Ele não foi à creche, porque ficava com meus pais ou com meu esposo, por isso nunca tive um estresse de passar o dia inteiro longe do meu filho. Na hora do almoço o encontrava e à noite também. Sempre pude manter o ritmo da minha vida profissional sem deixar de acompanhar a infância e adolescência do meu filho. Tive muita sorte por ele ser um menino estudioso, não me deu problema para comer nem para estudar, ele gosta das duas coisas (risos). Tive um segundo filho, mas foi uma gravidez complicada. Tive eclampse e ele veio a falecer depois de três dias. Não tive mais condições de ter filhos.

OCP: *Sinto muito pelo seu bebezinho, pelo seu anjinho.*

LSBA: Deus quis assim. Fazer o quê?

OCP: *Vamos passar para outro bloco de perguntas. Agora sobre a condição da mulher na Ciência Política e a avaliação desse campo no Brasil. Como você avalia os caminhos da academia e do campo da Ciência Política no Brasil nas últimas décadas?*

LSBA: Avalio que poderia ter sido melhor. Acompanhando a trajetória dos cursos do Campo de Públicas, vejo que a Ciência Política não teve um avanço como gostaria. Em 1994, quando comecei o curso de Introdução à Ciência Política, logo me identifiquei e fiz dois bacharelados neste curso, porque entendia que a Sociologia ia me dar mais oportunidades do que a Ciência Política. A escolha era: fazer uma licenciatura e um bacharelado ou fazer dois bacharelados. Como não queria ser professora de ensino médio, decidi fazer dois bacharelados. Fiz o de Ciência Política, porque gostei muito, mas foi a Sociologia que me sustentou, digamos assim, me permitindo dar aulas em universidades e alguns outros trabalhos até conseguir ter a estabilidade na universidade em 2008, quando fiz o concurso. Até então, só dava aula de Sociologia! Não havia oportunidade de dar aula de Ciência Política na universidade, não havia oportunidade nem para professora substituta, era sempre Sociologia, que é um campo mais vasto: rural, urbana, das organizações, do trabalho, geral... Depois a disciplina também surgiu no ensino médio. No Nordeste, não havia tantos programas de Ciência Política para nos dar oportunidades. Fiz dois bacharelados, sendo a Ciência Política a paixão e a Sociologia a razão. Não tenho acompanhado diretamente a Ciência Política – tenho visto mais de perto o caso dos cursos do Campo de Públicas –, mas quando surgiu a oportunidade do Reuni, me parece que o curso não aproveitou bem a possibilidade de expansão das disciplinas das Ciências Humanas. No caso dos cursos de administração pública, segundo o artigo primeiro de suas diretrizes, eles podem ser chamados de cursos de gestão de políticas públicas, gestão social, várias

nomenclaturas que apontam para a preparação do aluno para pensar o desenvolvimento social e econômico. Na UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais], há tanto o curso de gestão pública como o curso de Ciências do Estado, se não me engano. Surgiram cursos baseados em diretrizes de políticas públicas e da administração pública com nomenclaturas distintas. E a Ciência Política? Se você me perguntar, hoje há mais de 120 bacharelados presenciais que fizeram adesão as DCNs de Administração Pública em várias instituições de ensino superior e institutos federais. Juntando com os cursos de ensino à distância, há mais de duzentos cursos, o que o levou à realização do Enade [Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes] em 2015, feito para áreas com mais de cem cursos. Somando-se à categoria de tecnólogos, há mais de trezentos cursos no Brasil. É a realidade de uma área de conhecimento muito nova e que depois de quatro anos conseguiu alcançar esse cenário – não vejo isso na área de Ciência Política. Na minha compreensão, a Ciência Política perdeu a área de análise de políticas públicas para os cursos da área de administração pública. Me sinto cientista política e cientista social com habilitação em desenvolvimento regional e atuo no curso de gestão de políticas públicas, e não no curso de Ciência Política. Tenho muitos colegas na mesma situação que eu, espalhados nos cursos de gestão pública do país. É o caso da Luciana Lima Leite, do Rio Grande do Sul, do André Borges, um colega que trabalhou na UFRN e agora está no curso de gestão de políticas públicas da UnB [Universidade de Brasília],vários colegas da Ciência Política estão trabalhando em várias áreas no campo da administração pública. Tenho percebido que a Ciência Política não tem acompanhado esse *boom* de cursos que surgiram com o Reuni. Acho que na pós-graduação não haverá o impacto causado na graduação, porque os professores atuantes nesses cursos estão confortáveis nos programas de pós-graduação em que trabalham. Sinto que não há um consenso na área em criar uma pós-graduação específica de públicas, por exemplo. A professora Marta Farah publicou um artigo em um dossiê que organizamos na Revista Nau Social, lançada recentemente, sobre o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas em 2017, em Brasília. O encontro foi paralelo ao Fórum de Pós-Graduação dos cursos de administração pública. Convidamos a professora Marta para publicar e, em seu texto, ela lança a provocação de criarmos uma área independente na pós-graduação na Capes para os cursos do Campo de Públicas. Mas sabemos que isso é para longo prazo, porque os profissionais estão nos cursos de pós-graduação com os quais se identificam: Ciência Política, Planejamento urbano Administração Pública e mesmo nos cursos Interdisciplinares. Mas essa migração de profissionais ocorre muito fortemente na graduação, que saíram de seus cursos de origem e fortaleceram a área recente de administração pública.

OCP: *Quais foram ou são as virtudes e os limites do campo da Ciência Política no Brasil?*

LSBA: Virtude é o próprio conteúdo da Ciência Política. Não dá para entender um bom cidadão, por exemplo, se formando sem entender o que é o contrato social do Rousseau, ou sem a ideia de civilização e mesmo a de democracia sem estudar a Ciência Política. O estudo do Estado, das políticas públicas e diferentes modelos de democracia são os principais legados deixados pela Ciência Política. O tópico específico do estudo de modelos de análises das políticas públicas é estudado na administração pública, mas com o embasamento da Ciência Política. Inclusive, digo que nós temos de começar a pensar os nossos modelos e não somente copiar, tentar estudar a realidade brasileira à luz de teorias próprias, porque temos especificidades. Não podemos apenas adaptar modelos, mas pensar em modelos que dialoguem com o nosso tipo de política pública. No grupo do professor Alcides Gussi, trabalhamos esse tipo de questionamento sobre os tipos de avaliação de políticas públicas, para que saiamos dos modelos hegemônicos e sejamos capazes, a partir da realidade brasileira, de pensar modelos contra hegemônicos de avaliação de políticas públicas. Mas não tem como sair da Ciência Política, não tem como não olhar os modelos e as teorias, a importância da linha do marxismo, que dialoga com a Sociologia quando pensamos que há

uma estrutura a ser estudada pela Ciência Política, quando pensamos nos autores que trabalham com as relações entre a sociedade civil e a sociedade política.

OCP: *Como a sua trajetória individual como professora e pesquisadora se situa nesse quadro mais geral de desenvolvimento da disciplina? Gostaria de saber como a disciplina contribuiu, inclusive, na sua trajetória como pesquisadora.*

LSBA: Como pesquisadora? Nessa linha da democracia participativa. Foi a partir da Ciência Política que pude identificar, por exemplo, a questão da participação das mulheres na política. Não só na política partidária para entender o movimento de avanço e retrocesso, mas também para entender como as mulheres atuavam na política municipal enquanto governantes. A Ciência Política, na minha trajetória, veio me ajudar a consolidar a ideia de estudar governos e relações entre Estado e sociedade, cultura política à luz não da Sociologia, mas da Ciência Política, focando em cidadania, no controle social e no exercício do poder. Não se estuda poder sem a Ciência Política. Partimos de Maquiavel e vamos aos contemporâneos entender a relação de transparência e de *accountability*.

OCP: *O último bloco versa sobre gênero. Como você avalia a sua condição de mulher na academia e especificamente na Ciência Política?*

LSBA: Na academia em que estou atuando não encontro problemas. No curso de Ciências Sociais, havia muitos homens e uma mulher apenas, que era a professora Ilza [Andrade]. Como hoje sou professora, no meu departamento tem eu, a professora Sandra Gomes e a professora Joana Moura. Eu e Sandra temos a formação em Ciência Política, a Joana tem formação em administração, mas fez o doutorado em Ciência Política. Somos 3 mulheres no elenco de 16 docentes do departamento que são da Ciência Política, mas não somos só nós três de mulheres, temos a Maria do Livramento, que é socióloga e economista, a professora Zoraide, temos outras mulheres que nos ajudam a manter essa preocupação com o gênero na academia. Temos um bom trabalho coletivo, eu, Joana e Sandra atuamos muito. Mas, na minha época de estudante no curso de Ciências Sociais, realmente sentia que havia poucas professoras no curso de Ciência Política, a maioria era homem. A professora Ilza, por exemplo, deve ter sentido muito mais essa questão, por ser a única mulher lecionando Ciência Política no curso. No meu caso, nós temos uma valorização do nosso trabalho e da nossa opinião por parte dos nossos colegas.

OCP: *Como você avalia a importância que vem adquirindo a demanda relacionada a gênero nos últimos anos no mundo do trabalho, inclusive nas nossas instituições? Inclusive o fortalecimento dos recursos institucionais, como no caso de cotas, denúncias de assédio etc.*

LSBA: Sabemos que existe, infelizmente. Produzimos cartilhas esclarecendo sobre a questão do assédio. Particularmente, nunca sofri, por isso não posso falar muito; mas sei de muitas alunas que já sofreram. Tem que haver sim um apoio das instituições, porque, infelizmente, sabermos que acontece. Não sofri assédio, mas participar de reuniões em Brasília já é uma situação bem interessante; você chegar a uma sala e, de vinte pessoas, só tem duas mulheres. E assim é nos corredores. Não é bem sobre o assédio, mas essa percepção de que há poucas mulheres em cargos relacionados à gestão pública é muito incômoda, inclusive nas eleições, em que continuamos minoria e nossas cotas não são preenchidas. Por isso me candidatei nesse sentido, no direito à candidatura, à participação em cargos eletivos e propor políticas ao município. Nós, mulheres, temos dificuldade em aumentar nossa participação nos governos, na ocupação dos cargos de confiança, nos falta o apoio financeiro em muitos casos. Infelizmente, nosso cenário no país é de desigualdade e de discriminação, apesar dos pequenos avanços. O assédio persiste, os problemas de falta de

valorização de profissionais do gênero feminino que recebem salários inferiores existem, assim como a falta de ocupação das cotas nos partidos políticos, o preenchimento feminino é muito baixo ainda. Há muitas mulheres competentes e profissionais que, no mercado de trabalho, sofrem assédio e acabam por se anular. Tem que ser sim combatido e as mulheres devem ser respeitadas. Sabe-se que quando muitas mulheres vão prestar queixa são repreendidas por isso até por policiais. A discriminação existe até hoje, infelizmente.

OCP: *Você enfrentou situações difíceis por ser mulher no exercício da profissão?*

LSBA: Enfrentei no momento em que participei da gestão municipal. Na academia não, na minha universidade nunca passei por esse tipo de problema. Na gestão municipal sim. Alguns secretários da administração municipal tinham dificuldade em dialogar comigo, mas sempre me coloquei em pé de igualdade, porque, se nos anulamos, somos tidas como inferiores. Nunca me anulei, sempre enfrentei. Se ouvir qualquer tipo de brincadeirinha dou resposta à altura também. Escutamos algumas brincadeiras de mau gosto. Precisamos ter consciência de que algumas brincadeiras e ações precisam ser questionadas. Vivi algumas situações, na prefeitura municipal, quando estava atuando em um cargo de confiança; mas no meio universitário não. Sempre tive muito apoio e valorização por parte de todos os colegas, inclusive saindo do meu departamento. Hoje, sou conselheira do Concura, Conselho de Curadores da UFRN, e lá recebi aprovação das mudanças que venho propondo desde que passei a fazer parte dele. Nunca tive esse problema na área universitária.

OCP: *Além de ser mulher, existem outras clivagens que impactam em uma dificuldade de direitos, como o fato de ser de determinadas regiões do Brasil. Conta um pouco sobre essa especificidade de ser nordestina na academia e na Ciência Política.*

LSBA: Não é fácil ser nordestina no Brasil, principalmente quando vai participar de eventos no Sul e no Sudeste. No momento em que chegamos ao aeroporto presenciei, inclusive, algumas brincadeiras de mau gosto sobre o Nordeste. Eles se referiam à Paraíba como sendo o Nordeste inteiro, o que me fez perguntá-los se conheciam mesmo a região, porque o Norte e o Nordeste eram tratados como se fossem uma coisa só, tudo era Paraíba ou tudo era nordestino. Mencionei o aeroporto, porque já tive várias experiências nesse sentido. Já ouvi em eventos que ser do Norte ou Nordeste pode ser critério para ter seu trabalho selecionado e não pelo valor do trabalho em si, como se tivesse que ter alguém do Nordeste para provar que o critério da regionalização foi respeitado. Não fosse isso, nenhum nordestino participava de eventos. Na área de Ciência Política e das Ciências Sociais há muito desse preconceito ainda. A justificativa de não haver muitos trabalhos nos eventos nacionais é que não há muito envio, mas nós sabemos que tem. Infelizmente, em muitos eventos, no Brasil, há trocas de figurinhas: sempre se repetem grupos fechados em algumas instituições. Enquanto profissional da academia, sinto sim essa dificuldade de conseguir um espaço. Acho que não ocorre só na Ciência Política. Parabenizei a ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política] recentemente pela abertura de uma diretoria regional. Espero que a nova gestão tenha um olhar sobre essa questão, espero que a Anpocs tenha um olhar sobre essa questão, porque temos sim trabalhos de qualidade. Os estudantes do Sul e do Sudeste precisam conhecer a produção acadêmica do Nordeste, porque há sim um desconhecimento da produção acadêmica daqui. Sinceramente, acho que esse é mais um critério mesmo do que uma valorização do seu trabalho. As instituições mais reconhecidas, como a UnB, USP [Universidade de São Paulo] e UFMG talvez tenham menos dificuldades para aprovar propostas.

OCP: *Além de ser de Natal você é mulher. Você acha que as duas clivagens se cruzam, ou seja, ser mulher e nordestina torna ainda mais difícil do que ser homem e nordestino ou mulher do Sudeste?*

LSBA: Não sei. Acho que nesta questão que citei tanto homens quanto mulheres da região sofrem a mesma coisa. Não é por ser homem que vai ter o trabalho aprovado. Tenho colegas da região que quando estavam fazendo o curso de doutorado em uma instituição do Sul aprovavam todos os trabalhos. Depois que enviavam como docentes de instituições daqui não tinham seus trabalhos aprovados. Tem algo errado. Será que depois do magistério seu trabalho perdeu a qualidade?! Ser homem ou mulher neste caso, para mim, não chega a ser uma questão. Acho que tem a ver com atuar em uma instituição nordestina. Particularmente, não tenho sofrido nenhum tipo de discriminação de nenhum colega, em âmbito nacional, no Campo de Públicas – que não é pequeno. Gostaria de deixar registrado isso. Pelo contrário, fico muito feliz por ter sido indicada para a presidência de uma associação nacional quando ia fazer meu pós-doutorado, e eu não queria. Era diretora de Ensino e disse que estava saindo da minha gestão e não queria continuar, porque estava indo para o meu pós-doutorado – já estava fazendo 10 anos de docência e ainda não tinha feito. Assumi dois anos de coordenação de curso como vice-coordenadora do curso de gestão de políticas públicas, depois assumi dois mandatos de chefe do departamento de políticas públicas, foram seis anos atuando na gestão. Depois assumi dois anos na diretoria de Ensino da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Assumi algumas representações em conselhos universitários e, fora da universidade, represento a UFRN no Concidades da Cidade do Natal– como disse, estou no Conselho de Curadores da UFRN, a Concura. Estou sempre assumindo cargos. O reconhecimento que adquiri pelos colegas do Campo de Públicas, não só pelos professores, mas também pelos alunos, me deixou muito feliz e como o *pós-doc* pode esperar... Falo da questão mais de preconceito quanto ao Nordeste pensando em alguns eventos mais consolidados no Brasil. Espero que os encontros nacionais que temos organizado comecem a mudar essa realidade. Possibilitamos a aprovação de trabalhos de graduação, mestrado e doutorado de onde vier. Acho que a democratização tem de começar também pelos eventos.

OCP: *Tem alguma pergunta sobre a Ciência Política e a sua trajetória como mulher no campo que não fiz e você queira apresentar?*

LSBA: Não. Acho que, na verdade, você tentou ao máximo compreender a minha trajetória como mulher na área. Estudei mulheres, porque também quis entender esse processo. Em Natal, presenciávamos essa liderança feminina e esse fenômeno me despertou a atenção desde o início da minha trajetória acadêmica. Enfim, não vejo algo com que poderia contribuir mais.

OCP: *Encerro entrevista com a Lindijane Almeida por aqui. Lindi, meu amor, muito obrigada. Te espero na próxima.*